

Sidney Bittencourt

**COMENTÁRIOS
À LEI ANTICORRUPÇÃO
LEI 12.846/2013**

Prefácio do Prof. Modesto Carvalhosa

3ª Edição
Revista, Atualizada e Ampliada

Curitiba
Juruá Editora
2019

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-8976-2

JURUA
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Bittencourt, Sidney.

B624 Comentários à Lei Anticorrupção: Lei 12.846/2013./
Sidney Bittencourt./ 3. ed. rev., atual. ampl. / Curitiba:
Jurua, 2019.
216p.

1. Corrupção – Legislação – Brasil. 2. Brasil. Lei n.
12.846, de 01 de agosto de 2013. 3. Delação premiada
(Processo penal). I. Título.

CDD 345.02323 (22.ed)
CDU 35.077.2

00009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinsz, CRB9 / 626

1152776

SUMÁRIO

Capítulo 1 INTRODUÇÃO	19
1.1 A Corrupção no Direito Brasileiro	19
1.2 Corrupção: Flagelo da Humanidade.....	21
1.3 Mudança de Perspectiva na Punição da Corrupção: a Lei Anticorrupção.....	25
1.4 Conclusões Preliminares	27
Ementa.....	34
1 Responsabilização Administrativa e Civil	34
Art. 1º	35
1 Responsabilização Objetiva Administrativa e Civil de Pessoas Jurídicas.....	35
1.1 Responsabilização Subjetiva e Objetiva.....	35
1.2 Tutela à Administração Pública Nacional ou Estrangeira	37
2 Aplicação da Lei Anticorrupção	38
2.1 Sociedades Empresárias e Sociedades Simples.....	38
2.2 Fundações.....	40
2.3 Associações de Entidades ou Pessoas	42
2.4 Sociedades e Associações Estrangeiras.....	42
3 Observações Sobre a Aplicação da Lei Anticorrupção	43
3.1 O Alcance da Lei Quanto aos Entes de Direito Público.....	45
Art. 2º	47
1 Responsabilização Objetiva Administrativa e Civil.....	47
Art. 3º e Parágrafos.....	48
1 A Responsabilidade Individual de Dirigentes da Pessoa Jurídica ou de Qualquer Pessoa Natural	48
Art. 4º e Parágrafos.....	50
1 Subsistência da Responsabilidade da Pessoa Jurídica.....	50

Capítulo 2 DOS ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL OU ESTRANGEIRA.....	55
Art. 5º.....	56
1 Atos Lesivos à Administração Pública Nacional ou Estrangeira.....	56
1.1 Os Bens Jurídicos a Serem Protegidos de Atos Lesivos.....	57
1.1.1 O patrimônio público.....	57
1.1.2 Os princípios da Administração Pública.....	58
1.1.3 Os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil ..	59
1.2 Elenco de Atos Lesivos	60
1.2.1 Promessa ou oferecimento de vantagem indevida a agente público	61
1.2.2 Financiamento ou patrocínio de prática dos atos ilícitos	64
1.2.3 Utilização de interposta pessoa para ocultar ou dissimular interesses.....	65
1.2.4 Atos lesivos referentes a licitações e contratos.....	65
1.2.4.1 Frustrar ou fraudar o caráter competitivo da licitação	66
1.2.4.2 Impedir, perturbar ou fraudar o procedimento licitatório	66
1.2.4.3 Afastar ou procurar afastar licitante com violência ou oferecendo vantagem.....	67
1.2.4.4 Fraudar licitação ou contrato dela decorrente... ..	68
1.2.4.5 Criar, de modo irregular, pessoa jurídica para participar de licitação.....	68
1.2.4.6 Obter vantagem, de modo fraudulento, nos editais, contratos e nas alterações contratuais... ..	69
1.2.4.7 Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos	77
1.2.5 Dificultar fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos	80
§§ 1º a 3º.....	81
1 A Administração Pública Estrangeira	81
Capítulo 3 DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	85
Art. 6º.....	86

1	A Responsabilização Administrativa	86
Incs. I e II e §§ 1º, 4º e 5º.....		87
1	As Sanções Administrativas Aplicáveis.....	87
1.1	A Sanção de Multa	88
1.1.1	Outros aspectos concernentes às multas	91
1.2	A Sanção de Publicação Extraordinária da Decisão Condenatória.....	91
§ 2º	92
1	Prévia Manifestação Jurídica	92
§ 3º	93
1	A Reparação do Dano Causado.....	93
2	A Apuração da Responsabilidade Administrativa.....	94
2.1	O Processo Administrativo de Responsabilização no Âmbito Federal (Dec. 8.420/2015).....	96
2.1.1	Procedimentos para a apuração	96
2.1.2	A designação da comissão	97
2.1.3	A produção de provas.....	97
2.1.4	A intimação e a apresentação de defesa	97
2.1.5	Prazos de conclusão e trabalhos de apuração	98
2.1.6	Do direito de petição	99
2.1.7	Infrações administrativas concernentes a licitações públicas.....	99
2.1.8	Competência da Controladoria-Geral da União (CGU) ..	100
2.1.9	Das sanções administrativas	101
Art. 7º	105
1	Elenco de Situações a Serem Consideradas na Aplicação das Sanções Administrativas.....	105
1.1	A Gravidade da Infração	106
1.2	A Vantagem Auferida ou Pretendida pelo Infrator	107
1.3	A Consumação ou Não da Infração.....	107
1.4	O Grau de Lesão ou Perigo de Lesão	107
1.5	O Efeito Negativo Produzido pela Infração	108
1.6	A Situação Econômica do Infrator	108
1.7	A Cooperação da Pessoa Jurídica para a Apuração da Infração	109

1.8	A Atenuação da Sanção por Intermédio de Mecanismos de Integridade da Pessoa Jurídica (<i>Compliance</i>).....	109
1.9	O Valor dos Contratos Mantidos pela Pessoa Jurídica com o Órgão ou Entidade Pública Lesados.....	115
	Parágrafo Único	115
1	Regulamentação dos Parâmetros de Avaliação de Mecanismos	115
Capítulo 4 DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO..... 119		
	Art. 8º e Parágrafos.....	120
1	O Processo Administrativo.....	120
1.1	Autoridade Responsável pelo Processo Administrativo de Responsabilização.....	122
1.2	Competência Concorrente da Controladoria-Geral da União – CGU	124
	Art. 9º.....	124
1	Competencia da Controladoria-Geral da União	124
	Arts. 10 e 12.....	128
1	A Condução do Processo Administrativo.....	128
	Art. 11	129
1	O Direito à Defesa no Processo Administrativo.....	129
	Art. 13.....	130
1	O Processo Administrativo de Reparação de Dano e a Aplicação das Sanções	130
2	Inscrição em Dívida Ativa da Fazenda Pública.....	130
	Art. 14.....	132
1	A Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica	132
1.1	A Desconsideração da Personalidade Jurídica na Lei Anticorrupção.....	134
	Art. 15.....	137
1	Participação ao Ministério Público.....	137
Capítulo 5 DO ACORDO DE LENIÊNCIA..... 139		
	Art. 16 e §§ 1º a 10	141
1	O Acordo de Leniência.....	141

1.1	Requisitos Cumulativos para a Celebração do Acordo de Leniência.....	143
1.2	Regras Consequenciais da Assinatura do Acordo de Leniência.....	143
1.3	Rejeição da Proposta de Acordo de Leniência.....	147
1.4	Descumprimento do Acordo de Leniência.....	147
1.5	Competência para a Celebração de Acordos de Leniência....	148
1.6	A Regulamentação Federal do Acordo de Leniência (Decreto 8.420, de 18.03.2015).....	148
2	A Participação do Tribunal de Contas da União (TCU) nos Processos de Acordos de Leniência	151
2.1	Contestações à Iniciativa do TCU	153
Art. 17	154
1	A Adoção do Acordo de Leniência nos Atos Ilícitos da Lei Geral de Licitações	154
1.1	Críticas ao Dispositivo	155
1.2	O Acordo de Leniência e a Isenção ou Atenuação das Sanções Administrativas da Lei 8.666/1993.....	157

Capítulo 6 DA RESPONSABILIZAÇÃO JUDICIAL159

Art. 18	160
1	A Responsabilização Judicial.....	160
Art. 19 e §§ 1º a 4º	161
1	Ajuizamento de Ações e Suas Consequências	161
1.1	Perdimento dos Bens, Direitos ou Valores.....	163
1.2	Suspensão ou Interdição Parcial de Suas Atividades ou Dissolução Compulsória da Pessoa Jurídica	164
1.3	Proibição de Receber Incentivos, Subsídios, Subvenções, Doações ou Empréstimos de Entes Públicos.....	167
Art. 20	168
1	Ações Ajuizadas pelo Ministério Público	168
Art. 21	169
1	Ações de Responsabilização Judicial.....	169

Capítulo 7 DISPOSIÇÕES FINAIS.....171

Art. 22 e §§ 1º a 5º	172
1	O Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP	172

Art. 23.....	174
1 Obrigação de Informar as Sanções Administrativas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS ..	174
Art. 24.....	178
1 Destino das Multas e dos Bens Adquiridos em Face de Perdimento.....	178
Art. 25.....	179
1 A Prescritividade de Direitos	179
1.1 Data da Ciência da Infração	180
1.2 Dia da Sua Cessação da Infração Permanente ou Continuada.....	181
2 Interrupção da Prescrição	182
Art. 26 e Parágrafos	183
1 Representação da Pessoa Jurídica no Processo Administrativo.....	183
Art. 27.....	185
1 Omissão da Autoridade Competente	185
Art. 28.....	186
1 Aplicação da Lei em Casos de Atos Lesivos Contra a Administração Pública Estrangeira	186
Art. 29.....	191
1 Infrações de Ordem Econômica	191
Art. 30.....	192
1 Sanções da Lei Anticorrupção Frente a Outras Sanções Previstas em Outras Normas.....	192
1.1 Ilícitos Previstos na Lei 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa.....	193
1.2 Ilícitos Licitatórios em Várias Leis que Versam Sobre o Tema	194
Art. 31.....	196
1 Vigência da Lei	196
REFERÊNCIAS	199
ÍNDICE REMISSIVO.....	203